

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

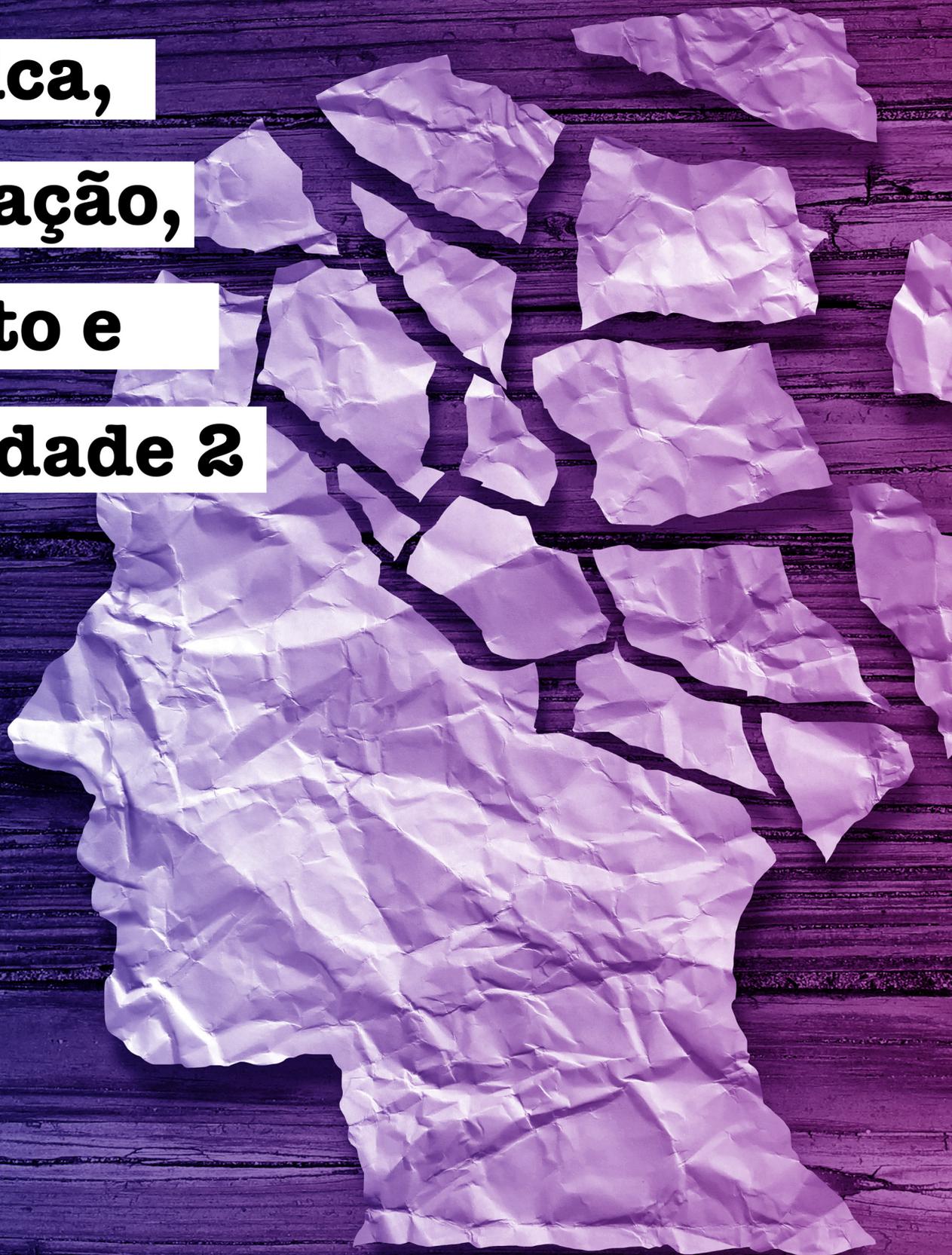
Filosofia

Política,

Educação,

Direito e

Sociedade 2



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-095-7

DOI 10.22533/at.ed.957190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O objetivo do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade, uma vez que, o Brasil, historicamente, sempre se distinguiu por enormes desigualdades e pela exclusão social, econômica, étnico/racial, de gênero e cultural que, atualmente, vem crescendo em face de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizam os direitos políticos em detrimento dos direitos sociais. Existem declarações, documentos e leis que contemplam os direitos políticos, civis, econômicos, culturais, sociais e coletivos. Entretanto, a concretização desses direitos, na prática, não se realizam de imediato ou de modo natural. Nesse contexto nacional e também mundial, marcado pelo neoliberalismo econômico, é que se instala um verdadeiro abismo social, com um aumento cada vez maior de pessoas excluídas do processo de desenvolvimento econômico, destituídas das condições de dignidade humana. Em períodos de intensa globalização, o debate sobre a universalidade dos direitos humanos ganha novos contornos. Através especialmente da faceta econômica do processo globalizador, o mundo todo se encontra conectado, se inter-relaciona, e, com isso, a hegemonia do mercado capitalista mundial gera o temor da homogeneização. Por outro lado, as reações a esse processo trazem à tona as diferentes identidades e culturas, que mais e mais clamam ser respeitadas. A diversidade de culturas é uma riqueza, não há dúvida. Diferentes formas de ver o mundo, de viver o mundo; a variedade de tradições, de ritos e ritmos; as distintas comemorações e seus significados, os figurinos e seus coloridos. Como é encantador conhecer e aprender com o Outro! Contudo, o brilho da diversidade não deve cegar-nos a algumas práticas culturais que, embora pertencentes a culturas preciosas, acabam agredindo a Humanidade que há em todos nós. Sabe-se que os direitos humanos, após sua consolidação no século XVIII, passaram por transformações no sentido de que novas lutas foram agregando novos direitos ao conjunto. Se, a princípio, falar de direitos humanos significava tratar apenas de direitos civis e políticos, hoje tal denominação abarca também direitos sociais, direitos difusos – como o direito ao meio ambiente – e direitos coletivos – por exemplo, os direitos da mulher. Todavia, não obstante já terem passado mais de dois séculos do seu “nascimento” – cujo marco a história ocidental assenta na Revolução Francesa, de 1789 – sequer os direitos humanos ditos de primeira dimensão foram totalmente efetivados. Ainda que tais direitos sejam caracterizados como universais, isto é, pertencentes a todos os seres humanos, observa-se o desrespeito a direitos mais básicos – como o de não sofrer tratamento cruel ou degradante, para citar um – em várias partes do planeta. Algumas vezes esse desrespeito provém de afronta à própria lei que consagra os direitos. Outras vezes, eles acabam sendo violados por uma questão cultural, ou seja, por práticas culturais que, malgrado sejam exercidas há tempos e sejam aceitas por boa parte de seus praticantes, coíbem o desenvolvimento integral da pessoa, ferindo a dignidade humana e, por isso, constituindo uma ofensa

aos direitos humanos. Frente a esses eventos – globalização, temor de homogeneização, valorização da diversidade cultural –, como defender a existência de direitos humanos universais? De que forma sustentar que todos os seres humanos possuem direitos inalienáveis, independentemente das diferenças que há entre nós? Mais ainda: como demandar respeito a direitos básicos que todos temos ante práticas culturais que os violam, quando justamente a questão da cultura e de sua preservação levanta vozes em sua defesa? De que modo argumentar pelo apreço à dignidade humana, através do respeito aos direitos humanos, que, tal como se entende hoje, se consolidaram no Ocidente, sem que pareça que esta atitude seja um ato de imperialismo cultural? Eis alguns dos dilemas que os direitos humanos enfrentam nos dias atuais argumentos que se pode sustentar a erradicação de uma prática cultural que pareça violadora da dignidade humana, buscando-se um caminho o diálogo intercultural para que a defesa dos direitos humanos que são universais, ou seja, pertencem a todos independente de raça, religião, nacionalidade ou cultura em face de uma tradição não configure imperialismo cultural. A hipótese é a de que, tendo em vista que a cultura é uma categoria dinâmica, em constante processo de construção, e que as culturas se relacionam e se misturam, práticas culturais que aviltem o ser humano, mitigando o desenvolvimento de suas capacidades, merecem ser erradicadas – pelo diálogo intercultural, nunca por imposição em nome dos direitos humanos. É incontestável que não se deve impor ao Outro nosso olhar, nossa perspectiva, nossa maneira de ver. Isso não quer dizer, no entanto, que não se possa chegar a um consenso. Vislumbra-se um caminho: o diálogo intercultural. O interculturalismo entende a diversidade cultural como uma riqueza e tem a compreensão de que as culturas se relacionam, influenciando umas às outras, pois as culturas, sobretudo no mundo globalizado de hoje, aproximam-se, mesclam-se, tornam-se híbridas. A partir daí, e considerando que as culturas são dinâmicas, estando então num permanente processo de reconstrução, seja por circunstâncias internas ou externas (justamente no contato com outras culturas), parece possível que diferentes culturas aprendam umas com as outras na busca de valores comuns que levem ao respeito à dignidade humana sem que isso acarrete homogeneização. Por outro lado, já é hora de desvincular os direitos humanos de sua procedência histórica. Afinal, o fato de, no seu entendimento moderno, terem se consolidado no Ocidente não significa que devam ser mantidos necessariamente presos aos limites de sua origem. Quantos elementos de nossa própria cultura se originaram em outras? Ademais, os valores-base dos direitos humanos não pertencem exclusivamente a nenhum sistema cultural. E os direitos humanos têm se tornado mais e mais uma alternativa a possibilitar a coexistência humana pacífica e sempre mais enriquecedora entre diferentes no mesmo mundo. Como consequência disso, os direitos humanos são cotidianamente violados. Conforme dito anteriormente, esses direitos são assegurados em vários instrumentos jurídicos e conclamados em princípios universais tanto na ordem nacional como no ordenamento internacional. Contudo, o amplo respaldo documental não impede as constantes

violações dos direitos humanos em todo o mundo. Pensa-se, então, em formas de possibilitar o respeito e a eficácia desses direitos humanos que deveriam, na prática, ser consagrados. Nessa perspectiva, surge a educação em direitos humanos como um dos caminhos necessários para a efetivação dos direitos mais elementares e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Como se lê em Horta (2000) a educação em direitos humanos situa-se em uma perspectiva crítica em relação ao modelo neoliberal vigente e impele o desvendar da sua racionalidade, suas implicações sociopolíticas e seus pressupostos éticos. A autora ressalta que promover processos educacionais sem questionar o paradigma hegemônico vigente significa esquivar-se da responsabilidade política da educação em relação ao presente e futuro. Com base nessa ótica de educação, deve-se propor uma ética que enfatize o público, a solidariedade e o bem comum. Compreender a educação como algo isento, à parte das relações sociais significa romantizar a educação. Se a política é algo inerente às relações sociais, não dá para compreender a educação fora do contexto social. Precisamos analisá-la como algo que é influenciado e que também influencia; como determinada e determinante social. Portanto, não basta o[a] professor[a] se preocupar em fazer bem o trabalho que faz, também é preciso que reflita sobre como o faz, sobre as implicações e consequências do que faz. (MATTOS, 2008. p. 8-9). A educação é um direito internacionalmente reconhecido, conforme se lê no art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966: Os Estados partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ALVES, 1997, p. 79, grifos nossos). Da citação acima se depreende a educação tanto como um direito em si mesma como também um meio indispensável para concretização de outros direitos. Segundo Zenaide e Tosi (2004), no Brasil, após a Constituição de 1988, o Estado Democrático de Direito admite os direitos humanos como parte integrante do arcabouço jurídico e institucional, das políticas sociais e da cultura democrática, o que torna a educação em direitos humanos tema central integrante da política de Estado. A discussão sobre a necessidade de uma educação em direitos humanos não é recente, nem está só no plano das ideias. O Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), lançado pelo governo federal em 2002 dedica uma parte à educação com propostas para curto, médio e longo prazo, dentre eles o item 470: “Criar e fortalecer programas para o respeito aos direitos humanos nas escolas de ensino fundamental e médio através do sistema de temas transversais, assim como de uma disciplina sobre direitos humanos.” (BRASIL, 2002). Em 2003, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos lançou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH,

2003). Conforme se lê nesse documento tal educação está direcionada para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais do ser humano, dentre outros aspectos. Tal direcionamento do PNEDH (2003) baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. A Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), reflete o propósito dos documentos acima mencionado ao dispor sobre os princípios e fins da educação nacional afirmando no artigo 2º, que a “[...] educação [...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A identidade da educação em direitos humanos é um processo ainda em construção, não havendo consenso entre autores e autoras sobre sua definição (SACAVINO, 2009). E, pelo fato do conteúdo dos direitos humanos não ser neutro deve-se atentar para a polissemia. Tratou-se de uma primeira versão por meio da Criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), por meio da portaria nº 98/1993 da SEDH/PR. Em 2006, foi concluído o Plano com sua versão final. 24 de expressões que são utilizadas de acordo com os interesses de determinados grupos sociais. Especialmente nas dimensões político-ideológica e pedagógica, convivem diferentes concepções, que vão do enfoque neoliberal, centralizado nos direitos individuais, civis e políticos até o enfoque histórico-crítico de caráter contra hegemônico, nos quais os direitos humanos são uma referência no processo de construção de uma sociedade diferente, justa, solidária e democrática, tendo como fundamento a indivisibilidade e interdependência das diferentes gerações de direitos (SACAVINO, 2009). Essas questões serão examinadas posteriormente. Assim, feita essas considerações, quais relações pode haver entre direitos humanos, democracia, cidadania e educação? A relação entre os direitos humanos e a democracia existe na medida em que esta é entendida como o regime político da soberania popular e do respeito aos direitos humanos, o que pressupõe seu reconhecimento, promoção e proteção. Tal democracia, ao englobar os direitos civis, a participação política direta, a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais sem privilégios para todos os membros da sociedade, cumpre as exigências da cidadania ativa. A educação escolar atua como um dos caminhos de conscientização dos direitos e deveres pelas pessoas que possivelmente terão maior oportunidade de atuar e interferir no contexto social colaborando na construção de outra sociedade em que vigore os direitos humanos. Conforme se lê em Ruiz (2008, p. 225): “Trata-se de entender a escola como um ambiente conflituoso, permeado constantemente por contradições no qual ocorrem, diuturnamente, ‘lutas pedagógicas’ que podem vir a somar-se com a luta sócio-política, em prol da transformação social”. Conforme pondera Konder (2004, p. 20) com base em Marx, “[...] a atividade do[a] educador[a] tem seus limites, porém é atividade humana, é práxis. É intervenção subjetiva na dinâmica pela qual a sociedade existe se transformando. Contribui, portanto, em certa medida, para o fazer-se história”. Com a

democratização de acesso à educação escolar, as crianças passam longos anos de suas vidas dentro de escolas e, durante esse período, pode-se promover processos que favoreçam o desenvolvimento crítico da realidade social, adoção das sementes da real noção de cidadania, de respeito ao outro e do espírito coletivo como também pode ocorrer a introjeção de valores de conformismo e aceitação do status quo do modelo neoliberal de sociedade vigente. O Brasil está no terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (2009) — PNDH III. Nas últimas três décadas sob o ponto de vista da legislação muito se tem anunciado os direitos humanos como requisito indispensável à concretização da democracia no país. O Estado também tem colocado ênfase na educação formal como um dos meios de construção de uma cultura de direitos humanos por meio da ratificação de vários pactos internacionais e elaboração de vários planos nacionais visando dar subsídios aos governos estaduais e municipais na elaboração e na execução de seus próprios programas de direitos humanos.

No artigo **O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**, o autor Arcângelo da Silva Ferreira nesse trabalho procura verificar e analisar a ideia de história no pensamento do escritor amazonense Milton Hatoum. Paralelo a isso, as possibilidades de sua narrativa para o ensino de História da Amazônia. o corpus de análise para esta investigação é a novela *Órfãos do Eldorado*. No artigo **O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES**, os autores Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva com o objetivo de identificar as produções científicas que discutem essa política de educação profissional pesquisas promovidas acerca do Programa Brasil Profissionalizado. O artigo **O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ**, dos autores Jhanielly Gonçalves Barbosa, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, procura analisar o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF) em escolas públicas do ensino médio de Belém, em especial, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva, cujo objetivo é analisar como se configura o Programa Ensino Médio Inovador na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva. O artigo **O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?** o autor José Carlos Mendonça, busca mostrar como a atividade filosófica, como prática educativa, deve se caracterizar para que o sentido do ensino não se restrinja ao trabalho que visa mover o ‘sujeito’ ao redor do discursivo estritamente conceitual; mas, ao contrário, atrelado ao viver, ou a constituição de um “discurso interno” do sujeito sobre si, sobre sua situação, com o objetivo da modificação de si. No artigo **O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO**, os autores Ana Gregória de Lira, Rodrigo Nicéas Carneiro Leão, Tatiana Cristina dos Santos Araújo, Alexandre Simão de Freitas, objetivou caracterizar o fenômeno da dádiva, suas contribuições

para o campo educacional e elucidar o debate acerca das sutilezas que permeiam a ação educacional. também interligar a dívida à Educação e refletir sobre a ética que permeia a ação pedagógica movida pela dívida. **No artigo O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO**, as autoras Maria Cristina Leandro de Paiva, Thayane Lopes Miranda, Viviane Marina Andrade Silva, buscou –se discutir a organização e o atendimento às crianças na educação infantil, destacando as particulares subjacentes a esse atendimento, na Rede Municipal de Ensino de Natal/RN. O artigo **O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE**, a autora Roberta Ravaglio Gagno, procura refletir sobre a construção da cultura profissional do pedagogo, em especial no que tange aos processos de trabalho, sua interferência nessa construção, as condições e políticas educacionais no Paraná .No artigo, **O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO**, os autores Valmir Pereira, José Cândido Rodrigues Neto, Maria Aparecida da Silva Bezerra, buscou investigar as repercussões e influências na educação, especialmente sobre a formação da mão de obra, as práticas escolares e educacionais e o antagonismo de classes. No artigo **AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA** os autores: Eldernan dos Santos Dias, Roberto Lister Gomes Maia, apresentam um estudo sobre mediações entre a formação humana e suas possibilidades como pressuposto teórico e filosófico para o campo de conhecimento da Educação Física. No artigo **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR**, os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro discutir sobre os direitos das crianças e adolescentes com deficiência no âmbito escolar, trazendo a luz, a partir de uma revisão bibliográfica. No artigo **AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, os autores Gisele Carvalho Lomeu, Fátima Aparecida da Silva locca, discorrem sobre as contribuições das aulas experimentais para o processo de ensino e aprendizagem de conceitos científicos básicos abordados no ensino de Ciências na Educação Infantil, de uma escola do campo no Município de Terra Nova do Norte/MT. No artigo **AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)**, os autores Mark Clark A Carvalho, Luciana Ferreira de Lira, Mizraiam Lima Chaves, objetivo realizar um resgate histórico acerca do processo de implantação e funcionamento das chamadas “escolas ambulantes” no antigo Território Federal do Acre na perspectiva de procurar evidenciar qual o papel desempenhado por esse tipo de organização escolar para as ações pioneiras de escolarização da população do antigo território. No artigo **AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM NARRADORES DE JAVÉ**, a autora Léa Evangelista Persicano proporcionar uma reflexão acerca de narrativas orais enquanto uma prática cultural que propicia uma ressignificação do passado, com projeções no

presente e no futuro. **No artigo AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE – MS, a autora NOVAIS, Pabliane Lemes Macena, com o objetivo, descobrir qual o papel da formação de professores na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS, se tem havido continuidade nas políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e, ainda, se as ações desenvolvidas nos dois cenários aqui abordados (Educação Infantil e Classes de Alfabetização do Ensino Fundamental).** No artigo **AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA,** as autoras Carolina Barreiros de Lima, Janaína Moreira Pacheco de Souza discute a importância do planejamento pedagógico voltado para questões relacionadas à autoestima e ao fracasso escolar. No artigo a **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES,** a autora COSTA, Simone Freitas Pereira, realizou um balanço de produções sobre o tema supracitado sobre o tema avaliação da aprendizagem, consultando teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos no Brasil, contemplando o período de 1999 a 2008. **No artigo AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM,** André Ricardo Lucas Vieira, o artigo analisa a concepção de erro em avaliações de matemática da Educação Básica, partindo das contribuições da pedagogia construtivista na perspectiva de se considerar o erro como uma estratégia pedagógica de promoção da aprendizagem. No artigo **BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA,** a autora Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro, procurou demonstrar que apesar do principal objetivo do movimento de criação de uma Base Nacional Comum Curricular ser a consolidação da educação promotora da formação integral da pessoa e, apesar do vasto conteúdo legislativo, de fato, não se vê, na prática, sintonia e esforços para a reestruturação necessária para a efetividade do ensino transformador. No artigo **CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: Um estudo sobre a formação pelo PARFOR,** os autores, Marnilde Silva de Farias, Lana Cristina Barbosa de Melo, Joelma Carvalho Sales, Marcondes Baptista do Rêgo, Maristela Bortolon de Matos, Busca por meio da abordagem a formação e o processo de profissionalização docente em Educação Física, a partir das implicações decorrentes do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), como um programa de formação emergencial e necessário para consolidação das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação e ainda em cumprimento as exigências de formação previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No artigo, **CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA,** Josélia Maria Costa Hernandez, Este artigo refere-se à descrição da terceira etapa de pesquisas sobre o processo de profissionalização do professor da Academia

da Força Aérea (AFA) produzidas pelo grupo de estudos Processos Educacionais – Propostas de Estudo (PEPE), vinculado à linha de pesquisa formação e profissionalização docente no ensino superior militar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Assuntos de Defesa (GEPAD) da AFA.. No artigo **CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)**, os autores, Luan Manoel Thomé e Flávio César Freitas Vieira, pesquisou sobre o primeiro diretor do Grupo Escolar de Diamantina (GED) Cícero Arpino Caldeira Brant . No artigo **Cidadania e Território: Os Desafios Contemporâneos da Crise Ambiental no Espaço da Cidadania**, o autor, Bruno Rego, Pensada sempre nos limites territoriais de um espaço nacional, a noção clássica de Estado-nação tornou-se um conceito cuja operacionalidade foi fracturada em face das grandes tendências e desafios com o que o século XXI se confronta, desafios esses cuja resolução tem de ser enfocada primordialmente num plano global. No artigo **CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL**, os autores **Maristela Rosso Walker, Ademarcia Lopes de Oliveira Costa, Cassia Peres Martins, Giovanna Marques Moreira Bertim, Guilherme Aparecido de Carvalho, Maria Fatima Menegazzo Nicodem** O trabalho buscou desenvolver o projeto de extensão “É papo de cinema! UTFPR – cinediversidade, educação e diversão”, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Santa Helena. Objetivou favorecer o acesso a acadêmicos, servidores da Universidade e comunidade circunvizinha à produção cinematográfica de diferentes categorias e gêneros, que remetam à temática da DIVERSIDADE social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional, a cultura africana, afrodescendente e indígena. No artigo **Coeducação uma proposta para aulas de educação física no ensino fundamental** as autoras, Raymara Fonseca dos Santos, Patrícia dos Santos Trindade, Dainessa de Souza Carneiro, Lucas Diógenes Leão, Gerleison Ribeiro Barros, o objetivo é investigar se os professores de Educação Física adotam práticas pedagógicas pertinentes às questões de gênero, por meio de aulas coeducativas. No artigo **COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO** a autora Aline de Carvalho Moura, o objetivo deste trabalho é fazer alguns apontamentos sobre a relação entre a sociedade contemporânea e a educação, a partir de uma análise sobre os CIEPs do Complexo da Maré.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9571904021	
CAPÍTULO 2	13
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904022	
CAPÍTULO 3	24
O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ.	
Jhanielly Gonçalves Barbosa Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9571904023	
CAPÍTULO 4	31
O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?	
José Carlos Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9571904024	
CAPÍTULO 5	55
O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO	
Ana Gregória de Lira Rodrigo Nicéas Carneiro Leão Tatiana Cristina dos Santos Araújo Alexandre Simão de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.9571904025	
CAPÍTULO 6	70
O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO	
Maria Cristina Leandro de Paiva Thayane Lopes Miranda Viviane Marina Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904026	
CAPÍTULO 7	80
O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE	
Roberta Ravaglio Gagno	
DOI 10.22533/at.ed.9571904027	

CAPÍTULO 8	91
O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO	
Valmir Pereira José Cândido Rodrigues Neto Maria Aparecida da Silva Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.9571904028	
CAPÍTULO 9	99
AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA.	
Eldernan dos Santos Dias Roberto Lister Gomes Maia	
DOI 10.22533/at.ed.9571904029	
CAPÍTULO 10	112
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.95719040210	
CAPÍTULO 11	121
AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gisele Carvalho Lomeu Fátima Aparecida da Silva Iocca	
DOI 10.22533/at.ed.95719040211	
CAPÍTULO 12	126
AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)	
Mark Clark A. Carvalho Luciana Ferreira de Lira Mizraiam Lima Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.95719040212	
CAPÍTULO 13	139
AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM <i>NARRADORES DE JAVÉ</i>	
Léa Evangelista Persicano	
DOI 10.22533/at.ed.95719040213	
CAPÍTULO 14	146
AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Carolina Barreiros de Lima Janaína Moreira Pacheco de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.95719040214	
CAPÍTULO 15	156
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Simone Freitas Pereira Costa	
DOI 10.22533/at.ed.95719040215	

CAPÍTULO 16	166
AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
André Ricardo Lucas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040216	
CAPÍTULO 17	179
BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA.	
Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro.	
DOI 10.22533/at.ed.95719040217	
CAPÍTULO 18	189
CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO PELO PARFOR	
Marnilde Silva de Farias	
Lana Cristina Barbosa de Melo	
Joelma Carvalho Sales	
Marcondes Baptista do Rêgo	
Maristela Bortolon de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.95719040218	
CAPÍTULO 19	200
CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	
Josélia Maria Costa Hernandez	
DOI 10.22533/at.ed.95719040219	
CAPÍTULO 20	210
CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)	
Luan Manoel Thomé	
Flávio César Freitas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040220	
CAPÍTULO 21	222
CIDADANIA E TERRITÓRIO: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA CRISE AMBIENTAL NO ESPAÇO DA CIDADANIA	
Bruno Rego	
DOI 10.22533/at.ed.95719040221	
CAPÍTULO 22	231
CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL.	
Maristela Rosso Walker	
Ademarcia Lopes de Oliveira Costa	
Cassia Peres Martins	
Giovanna Marques Moreira Bertim	
Guilherme Aparecido de Carvalho	
Maria Fatima Menegazzo Nicodem	
DOI 10.22533/at.ed.95719040222	

CAPÍTULO 23 242

COEDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Raymara Fonseca dos Santos

Patrícia dos Santos Trindade

Dainessa de Souza Carneiro

Lucas Diógenes Leão

Gerleison Ribeiro Barros

DOI 10.22533/at.ed.95719040223

CAPÍTULO 24 252

COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO

Aline de Carvalho Moura

DOI 10.22533/at.ed.95719040225

SOBRE A ORGANIZADORA..... 265

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Simone Freitas Pereira Costa

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campus Uruçuí. Uruçuí, Piauí. Mestra em Educação. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, (IFPI – FACED/PPGED/UFU). Uberlândia, Minas Gerais.
Agência Financiadora: CNPq
E-mail: simonefpcosta@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo compõe-se de parte de pesquisa de Mestrado que realizei, cuja temática é a avaliação da aprendizagem. Fiz um balanço de produções sobre o tema supracitado, consultando teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos no Brasil, contemplando o período de 1999 a 2008. Dentre as categorias temáticas analisadas, emergiu a que se refere à formação de professores. Para além da análise dos textos, procedo, neste recorte, à consideração de aspectos que dizem respeito às localidades: regiões geográficas e instituições em que os estudos sobre a avaliação da aprendizagem vêm se destacando. Dentre autoras e autores que publicaram estudos acerca da avaliação da aprendizagem, destacam-se: Villas Boas (2001, 2003); André (2005) e Souza (2006). Posso concluir que a região geográfica que mais produziu estudos sobre a avaliação da

aprendizagem na formação de professores foi a região sudeste. A análise dos artigos explicita ainda que a pesquisa sobre a avaliação da aprendizagem na formação docente necessita ser ampliada. Concluo também que para as autoras e os autores mencionados, é crucial que os futuros professores recebam aprofundada formação no que se refere aos atos de avaliar.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Formação de Professores. Avaliação da aprendizagem.

ABSTRACT: This article consists a part of the Master's research I conducted, whose theme is the evaluation of learning. I have made a balance on the theme above, referring theses, dissertations and articles published in scientific journals in Brazil, covering the period of 1999 to 2008. Amongst themes analyzed, emerged the one that concerns instructors' formation. In sequel to the analysis I proceed, in this cut, to the consideration of aspects related to localities: geographic regions and institutions where the studies about assessment of learning have highlighted. Amongst authors who have published studies on the evaluation of learning are: Villas Boas (2001, 2003); Andre (2005) and Souza (2006). I can conclude that the geographic region that has produced most of the studies on the evaluation of learning in teacher's education was the southeast. Analysis of the articles also

explains that research on the assessment of learning in teachers' education needs to expand. In addition, I conclude that for the authors mentioned, it is crucial that future instructors receive in-depth development with regard to acts to assess.

KEYWORDS: Higher Education. Instructors' Formation. Evaluation of learning.

1 | PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Este artigo trata-se de um recorte de resultados da pesquisa que realizei no Mestrado. Procedi a um balanço de produções sobre avaliação da aprendizagem no período que compreende de 1999 a 2008, com o intuito de compreender o movimento do pensamento educacional brasileiro sobre a avaliação da aprendizagem. Como o propósito desta publicação contempla parte da Dissertação produzida, para conhecer detalhadamente os procedimentos, os instrumentos de pesquisa, bem como o trabalho na íntegra, acesse: http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1040. Dentre as categorias temáticas analisadas, emergiu a categoria formação de professores, da qual proponho algumas reflexões, objeto desta publicação.

Além das proposições citadas, apresento ainda neste artigo aspectos do minucioso estudo que fiz de artigos selecionados para a pesquisa. Os aspectos em consideração referem-se às regiões geográficas, instituições e periódicos responsáveis pelas produções referentes à formação de professores, conforme Apêndice – Síntese geral.

Dentre autoras e autores que publicaram estudos acerca da avaliação da aprendizagem, destacam-se: Villas Boas (2001, 2003); André (2005) e Souza (2006). Para chegar aos resultados que serão apresentados ao longo deste texto, inicialmente, entendo ser necessário situar os leitores sobre como tais resultados emergiram em meu estudo.

O balanço de produções referentes à avaliação da aprendizagem que fiz, teve como marco inicial o ano de 1999, por conta da existência de outros balanços publicados até o ano mencionado, e tem como data final o ano de 2008, pois no período do levantamento realizado, as produções de 2009 ainda não haviam sido publicadas.

2 | FONTES DE PESQUISA

Nesta seção, apresento elementos constituintes de minha análise além dos periódicos, que são: níveis de ensino, instituições responsáveis pelas produções, e as produções científicas no período estabelecido para a pesquisa.

Para realizar minha pesquisa, selecionei 50 artigos de três periódicos, dos quais identifiquei 10 artigos que tratam da formação de professores. São eles: Cadernos de Pesquisa – classificação Qualis A1 Internacional, e Estudos em Avaliação Educacional

– classificação Qualis B2 Nacional à época da pesquisa.

Conforme quadro a seguir, o periódico Estudos em Avaliação Educacional tem a maioria absoluta de publicações, e sua escolha se deu por se tratar de um periódico especializado em avaliação educacional.

Periódico/Ano	Artigos	Classificação
ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	9	Nacional
CADERNOS DE PESQUISA	1	Internacional
Total	10	

Quadro 1 – Periódicos que tratam da avaliação na formação docente (2001-2008)

Fonte: Dados coletados a partir do levantamento dos artigos publicados pelos referidos periódicos.

No que se refere aos níveis de ensino, os artigos analisados tratam da avaliação na formação de professores para quase todos os níveis, exceto a Educação Infantil. Conforme constatado, os níveis de ensino: Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Ensino Superior e Outros – que não apresenta nível de ensino específico e não permite sua definição – cada um tem 3 publicações; já o nível Educação Básica possui uma única publicação no período analisado.

2.1 Produção científica por instituição e região geográfica

Considerando que artigos com mais de uma autoria podem apresentar vínculo com mais de uma instituição, de acordo com os dados coletados foram identificadas doze instituições responsáveis pelas produções científicas que tratam da categoria temática Formação de Professores, sendo que uma das produções científicas não informou se havia vínculo entre autor e alguma instituição, e desta maneira não foi possível informar sua região geográfica. Ainda em minha análise das produções científicas e suas respectivas regiões geográficas, uma das doze instituições localiza em país estrangeiro, a Universidade da Geórgia-EUA. Desta feita, a identificação da região geográfica foi registrada como “Outro país”.

Universidade/Instituição	Região Geográfica	Frequência	%
Não informada	Não informada	1	8,33
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG	Sudeste	1	8,33
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ PUC-Rio	Sudeste	1	8,33
PUC - São Paulo	Sudeste	1	8,33
Universidade da Geórgia-EUA	Outro país	1	8,33
Universidade de Brasília - UnB	Centro-Oeste	2	16,66
Universidade Estadual de Londrina	Sul	3	25,00
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Sudeste	1	8,33
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Sudeste	1	8,33
TOTAL		12	100,00

Quadro 2 – Produção científica por instituição (2001-2008)

Fonte: Artigos selecionados para a realização deste balanço.

Conforme exposto, a região geográfica brasileira que mais produziu estudos referentes à avaliação da aprendizagem é, sem dúvida alguma, a região Sudeste. Creio que esta região apresentou maior número de publicações devido ao fato de que há um grande número de Programas de Pós-graduação nesta região. Já a região geográfica brasileira que apresentou o menor número de registro de produção científica referente à temática Formação de Professores foi a região Centro-Oeste, com dois artigos publicados.

Creio que a região Sudeste responde pelo maior número de publicações pelo fato que, além de ser a região economicamente mais desenvolvida do Brasil, e por possuir maior quantidade de Universidades e de cursos Pós-Graduação e, conseqüentemente, de maior investimento de recursos públicos para os pesquisadores.

Já a região a Centro-Oeste, com dois artigos publicados foi a região que menos contribuiu com estudos sobre a temática em questão. Penso que este fato tenha sido causado pelo pequeno número de instituições de ensino superior – voltada à formação docente – cujo objeto de pesquisa seja a avaliação da aprendizagem.

A partir dos periódicos que analisei em minha pesquisa, as regiões Norte e Nordeste não publicaram estudos referentes à temática Formação de Professores no âmbito da avaliação.

2.2 Produção científica no período 2001-2008

Neste item, analiso os artigos a partir do ano de publicação, embora não tenha a pretensão de estabelecer uma análise cronológica, acredito que deste modo seja possível compreender como se constituem os estudos em relação à avaliação da aprendizagem na formação de professoras e professores.

Embora o ano de início do balanço tenha sido 2009, somente a partir do ano de 2001 é publicado o primeiro artigo que contempla a categoria temática Formação de Professores. Conforme quadro que se segue, podemos observar que nos anos de 2001, 2004, 2006 e 2008 tivemos a publicação de um artigo por ano. Nos anos de 2003, 2005 e 2007, foram publicados dois artigos – lembrando que o periódico Cadernos de Pesquisa contribuiu com uma das dez publicações no período analisado e esta publicação data de 2003.

Ano	Periódico	Título	Categoria Temática	Nível de Ensino
2001	EAE	Contribuição do Porta-Fólio para a organização do trabalho pedagógico	Formação de professores	Ensino Superior
2003	CP	Formação docente nos surveys de avaliação educacional	Formação de professores	Outros
2003	EAE	Repensando a Avaliação no Curso de Pedagogia: o portfólio como uma prática possível	Formação de professores	Ensino Superior
2004	EAE	Avaliação da Aprendizagem e Atuação Docente	Formação de professores	Outros

2005	EAE	Investigando Saberes Docentes sobre Avaliação Educacional: ação e pesquisa	Formação de professores	Anos Iniciais do Ensino Fundamental
2005	EAE	Práticas de Avaliação da Aprendizagem e sua Relação com a Formação Continuada de Professores no Cotidiano do Trabalho Escolar	Formação de professores	Outros
2006	EAE	Avaliação Formativa no Ensino Fundamental II: possibilidades da atuação docente	Formação de professores	Anos Iniciais do Ensino Fundamental
2007	EAE	Análise das Reflexões de uma Professora de Ciências do Ensino Fundamental sobre Avaliação Escolar	Formação de professores	Anos Finais do Ensino Fundamental
2007	EAE	Formação do Professor do Ensino Básico e a Avaliação Educacional	Formação de professores	Educação Básica
2008	EAE	Formação Docente e a Nova Visão da Avaliação Educacional	Formação de professores	Ensino Superior

Quadro 3 – Produções científicas no período de 2001 a 2008

Fonte: Artigos publicados pelos periódicos: Cadernos de Pesquisa e Estudos em Avaliação Educacional.

O artigo que trata da categoria temática Formação de Professores intitulado “Contribuição do Porta-Fólio para a organização do trabalho pedagógico” (em outros trabalhos encontramos a nomenclatura portfólio), publicado em 2001, discute a avaliação da aprendizagem na formação do professor a partir da utilização do porta-fólio. De autoria de Villas Boas, trata-se do relato de um trabalho desenvolvido pela autora, em uma instituição de ensino superior, no curso de Pedagogia, na disciplina “Avaliação da aprendizagem”. Segundo Villas Boas, ao utilizar o portfólio na formação docente, é possível acompanhar a evolução dos alunos e possibilitar ao professor a reflexão sobre suas práticas avaliativas. Deste modo, um dos objetivos de construir o porta-fólio no curso de Pedagogia, é formar professores de modo que sejam reflexivos e tenham uma prática semelhante com seus alunos. Nas palavras de pesquisadora:

O compromisso com a formação do aprendiz ativo, isto é, independente, que toma iniciativas, que sabe pesquisar e comunicar-se bem oralmente e por escrito e, portanto, capaz de inserir-se criticamente na sociedade, requer que a avaliação contribua para a organização de trabalho escolar que supere o paradigma tradicional. Rejeita-se a avaliação apenas do aluno e somente pelo professor, com a finalidade de aprovar ou reprovar. Rejeita-se, também, a avaliação feita somente por meio de provas. O foco da avaliação passa a ser o trabalho, considerando-se o seu processo de desenvolvimento e o produto obtido (VILLAS BOAS, 2001, p. 140).

Neste contexto, a avaliação se torna instrumento de acompanhamento das aprendizagens, e professoras/es e alunas/os tornam-se sujeitos ativos e responsáveis pelo ensinar e pelo aprender, deixando de ser então, instrumento de punição e classificação.

Para tanto, cabe às docentes e aos docentes, desenvolver, segundo Villas Boas, atitudes de “[...] observação sistemática e registrada, [...] comentários encorajadores; crença na capacidade do aluno; paciência; valorização das diferentes iniciativas e das diferenças individuais; flexibilidade” (2001, p. 145-146).

Para Villas Boas, muitos foram os desafios e dificuldades que se deparou ao

implantar o porta-fólio: os alunos, no início de cada semestre letivo, encontravam grande dificuldade em eleger os descritores pois como sempre vivenciaram uma avaliação moldada nos paradigmas tradicionais, acostumaram-se com tudo “pronto”, não tendo o costume de participar da construção dos critérios a partir dos quais seriam avaliados. A sobrecarga de trabalho para ela enquanto docente e o engajamento dos alunos são dificuldades a serem superadas. Mas afirma que as possibilidades superam todas as dificuldades, já que os mesmos alunos avaliados na academia por meio do porta-fólio serão os professores que irão construir um processo de trabalho: “semelhante ao que executaram como estudantes. Daí a necessidade de vivenciarem a construção do conhecimento e não a sua mera reprodução” (VILLAS BOAS, 2001, p. 150).

Das publicações, no ano de 2003, foram selecionados dois artigos: um de autoria de Villas Boas e outro publicado por Sztain, Bonamino e Franco.

Por meio do artigo “Repensando a Avaliação no Curso de Pedagogia: o portfólio como uma prática possível” Villas Boas discute a avaliação por meio do portfólio em curso de formação de professores em exercício, cuja habilitação para o magistério era o ensino médio. Afirma que os cursos de formação de professores marginalizam a preparação dos mesmos e acredita que a adoção do portfólio pode trazer esta questão à tona, argumentando ainda, que o portfólio não é apenas um instrumento de avaliação, ele passa a ser o eixo organizador do trabalho pedagógico, pois o aluno torna-se responsável por sua organização.

Conforme explicita Villas Boas (2003), o trabalho pedagógico tem como objetivo a aprendizagem dos alunos, mas despreza o desenvolvimento do professor e da escola, não há autonomia docente e discente, uma vez que professores e alunos executam o que os outros pensam.

O segundo artigo que aborda a categoria temática formação de professores publicado no ano de 2003: “Formação docente nos *surveys* de avaliação educacional” analisa dados coletados em forma de: “questionários aplicados a professores durante pesquisas de avaliação do rendimento do aluno, com o objetivo de compreender como tais instrumentos têm incorporado os achados dos estudos qualitativos sobre formação docente” (SZTAIN; BONAMINO; FRANCO, 2003, p. 11).

Segundo a concepção das autoras, é fundamental que haja profunda e constante articulação entre as pesquisas quantitativas e qualitativas; que, ainda possam se completar e interagir.

Na sequência, foi identificado uma produção que trata da Formação de Professores. Da autoria de Souza (2004), o artigo “Avaliação da aprendizagem e atuação docente”, aborda a avaliação na formação continuada de professores que atuam no primeiro ciclo do ensino fundamental por meio de uma pesquisa-ação. Conforme destaca a pesquisadora,

O desenvolvimento do processo de formação continuada no interior da escola, [...] evidenciou-se como caminho promissor na construção de uma prática avaliativa comprometida com a aprendizagem do aluno e com a promoção de alternativas

Já em 2005, foram produzidos dois estudos contemplando a categoria temática formação de professores. O estudo de André (2005) “Investigando saberes docentes sobre avaliação educacional” a partir de uma pesquisa-ação, trata da mudança de saberes de um grupo de professores em processo de formação continuada, que a partir das leituras, reflexões e trocas de experiências, a autora percebeu uma significativa mudança no grupo pesquisado em relação à avaliação.

O estudo realizado por Gomes (2005), publicado por meio de artigo intitulado “Práticas de avaliação da aprendizagem e sua relação com a formação continuada de professores no cotidiano do trabalho escolar” apresenta resultados parciais de uma pesquisa realizada pelo autor; um estudo de caso, com o objetivo de: “identificar a relação existente entre a implementação de práticas de avaliação formativa e a formação continuada dos professores no cotidiano do trabalho escolar [...]” (GOMES, 2005, p. 111).

Os resultados evidenciam que a formação continuada do professor em contato com o cotidiano escolar contribui sobremaneira para a constituição da identidade docente; tal formação, auxilia ainda na construção da compreensão – destes profissionais – que professoras/es são profissionais reflexivas/os, cada vez mais desafiadas/os a transformar suas práticas avaliativas no sentido de proporcionar aos alunos e às alunas, o exercício de seus direitos à educação e ao sucesso escolar (GOMES, 2005).

A reflexão sobre o desenvolvimento da avaliação formativa numa perspectiva do erro, é o que propõe o artigo “Avaliação formativa no Ensino Fundamental II: possibilidades da atuação docente”, publicado em 2006. A pesquisa desenvolveu-se por meio de um estudo de caso e de acordo com Ruy e Souza, revelou que o erro tem relevante função pedagógica, pois pode orientar as práticas docentes, denunciando as ainda não aprendizagens. Assim, para as autoras, “O estudo dos dados revelou que os professores vêm implementando práticas avaliativas formativas, porque compromissadas com a progressão do aluno no sentido do domínio das aprendizagens em curso” (RUY; SOUZA, 2006, p. 49).

Na sequência, o levantamento que realizei referente ao ano de 2007, identifiquei dois artigos que discutem a formação de professores. Inicialmente, no texto “Formação do professor do ensino básico e a avaliação educacional”, da autoria de Rojas (2007), o pesquisador discute dificuldades apresentadas por professores da Educação Básica em relação às teorias e práticas de avaliação. A avaliação gera, entre os sujeitos da escola, desconforto e insegurança. Este mal-estar é percebido não só em escolas “tradicionais”, como em escolas que buscam uma prática reflexiva.

O autor detecta que os cursos de formação inicial geralmente não preparam os graduandos para a realização das avaliações. As condições estruturais de trabalho e a falta de cursos de formação continuada que apregoem uma mudança na postura do professor avaliador também contribuem para a continuidade da reprodução da

avaliação que atualmente ocorre nas instituições de ensino formal.

Sem que os cursos de formação contemplem a questão da avaliação, os futuros professores irão avaliar os seus alunos por meio de “modelos”: avaliarão conforme foram avaliados. Nas palavras de Rojas, por meio de uma

Intuição pragmática (De Ketele, 1993), em que o ato avaliativo é visto como algo intuitivo, sem que haja a necessidade de se preocupar com as seqüências de procedimentos próprias de muitas abordagens avaliativas (definição de objetivos, estabelecimento de critérios, modo de interpretar os resultados, entre outras), em que a prova e a nota são usadas, muitas vezes, como meios para conseguir do aluno uma participação disciplinada (ROJAS, 2007, p. 11).

O segundo artigo publicado em 2007, de autoria de Rosa-Silva e Júnior (2007), “Análise das reflexões de uma professora de ciências do ensino fundamental sobre avaliação escolar”, analisa a prática avaliativa de uma professora de Ciências do Ensino Fundamental no sentido de investigar suas reflexões sobre avaliação e suas implicações na prática avaliativa.

Observou-se que: “As reflexões da professora demonstram que a avaliação escolar é um tema do currículo que lhe permite reconsiderar ações, a fim de promover mudanças, se necessárias ou oportunas na sua prática educativa” (ROSA-SILVA; JÚNIOR, 2007, p. 111).

Em 2008 houve a publicação de um único artigo que aborda a temática em estudo, da autoria de Castanheira e Ceroni. As autoras, ao tratarem da temática formação de professores discutem, por meio de uma revisão teórica, o papel do avaliador. Evidenciam

Conceitos de avaliação e na reflexão sobre o que é considerado importante na implantação de processos avaliativos, das atividades que contribuem para a formação do docente de ensino superior, assim como a discussão de uma metodologia para a obtenção de dados e sua análise, visando a tomada correta de decisão (CASTANHEIRA E CERONI, 2008, p. 115).

Produzem ainda uma revisão de conceitos de avaliação desde o período denominado pré-Tyler, momento que a avaliação significava mensuração, até os dias atuais. Para as autoras, é preciso que a avaliação seja não só somativa, mas essencialmente formativa, assumindo ainda função retroalimentadora do processo de ensino e aprendizagem.

3 | CONSIDERAÇÕES (QUASE) FINAS

A partir das considerações feitas ao longo deste artigo, as produções acerca da formação de professores/as denunciam a premente necessidade de que professoras e professores sejam formadas/os numa perspectiva em que se vejam e sintam sujeitos e importantes partícipes de suas aprendizagens.

Um dos instrumentos indicados neste estudo seria o portfólio, uma vez que possibilita a cada discente, futuramente docente, refletir e se responsabilizar por sua

formação. As produções ocorreram timidamente no período analisado, pois como observei, ainda haviam regiões do Brasil que não produziram estudos sobre a categoria temática Formação de Professores. Ou seja, levando em consideração a extensão territorial e a diversidade cultural do Brasil, é preciso que se estude a formação docente com as peculiaridades que lhes são inerentes. Para tanto, não basta estudar este tema numa ou noutra região brasileira e querer que os problemas, desafios e possibilidades sejam os mesmos em todo o país. Ficou evidente também para autoras e os autores citados, que é crucial que os futuros professores recebam aprofundada formação no que se refere aos atos de avaliar.

Este estudo instigou-me a ampliar meu olhar, e agora no Doutorado pretendo pesquisar as contribuições das práticas avaliativas docentes para a formação de futuras e futuros professores. Portanto, as conclusões aqui registradas assumem um tom de provisoriedade, de inconclusão. Assim, não me despeço de pronto, mas deixo um até breve!

REFERÊNCIAS

ANDRÉ. Investigando saberes docentes sobre avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 31, 2005. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1221/1221.pdf> Acesso em: 14 out. 2009.

CASTANHEIRA, Ana Maria Porto; CERONI, Mary Rosane. Formação docente e a nova visão da avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 39, 2008. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1418/1418.pdf> Acesso em 14 de out. de 2009.

GOMES, Suzana dos Santos. Práticas de avaliação da aprendizagem e sua relação com a formação continuada de professores no cotidiano do trabalho escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 32, 2005. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1243/1243.pdf> Acesso em: 14 de out. de 2009.

ROJAS, Hugo de Los Santos. Formação do professor do ensino básico e a avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 37, 2007. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1377/1377.pdf> Acesso: 14 de out. de 2009.

ROSA-SILVA, Patrícia de Oliveira; JÚNIOR, Álvaro Lorencini. Análise das reflexões de uma professora de ciências do ensino fundamental sobre avaliação escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 38, 2007. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1400/1400.pdf> Acesso: 14 de out. de 2009.

RUY, Raquel Calil; SOUZA, Nadia Aparecida de. Avaliação formativa no Ensino Fundamental II: possibilidades da atuação docente. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 35, 2006. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1339/1339.pdf> Acesso: 14 de out. de 2009.

SOUZA, Nadia Aparecida de. Avaliação da aprendizagem e atuação docente. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 29, 2004. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1018/1018.pdf> Acesso em: 30 de out. de 2009.

SZTAJN, Paola; BONAMINO, Alicia; FRANCO, Creso. Formação docente nos surveys de avaliação educacional. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16828.pdf> Acesso em: 17 de dez. de 2009.

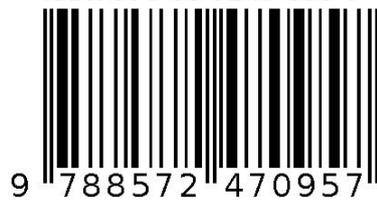
VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Contribuições do porta-fólio para a organização do trabalho pedagógico. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 23, 2001. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1075/1075.pdf> Acesso em 24 de out. de 2009.

_____. Repensando a Avaliação no Curso de Pedagogia: o portfólio como uma prática possível. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 27, 2003. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1191/1191.pdf> Acesso em 30 de out. de 2009.

APÊNDICE - Síntese geral – Produções (2001-2008)

Item	Per	Ano	Título	Autor	Instituição	Região	Categoria Temática	Nível de Ensino
1	CP	2003	Formação docente nos <i>surveys</i> de avaliação educacional	BONAMINO, Alicia	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ PUC-Rio	Sudeste	Formação de professores	Outros
				FRANCO, Creso	Universidade da Geórgia-EUA	Outros países		
				SZTAJN, Paola				
2	EAE	2001	Contribuição do Porta-Fólio para a organização do trabalho pedagógico	VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas	Universidade de Brasília - UnB	Centro-Oeste	Formação de professores	Ensino Superior
3	EAE	2003	Repensando a Avaliação no Curso de Pedagogia: o portfólio como uma prática possível	VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas	Universidade de Brasília - UnB	Centro-Oeste	Formação de professores	Ensino Superior
4	EAE	2004	Avaliação da Aprendizagem e Atuação Docente	SOUZA, Nadia Aparecida de	Universidade Estadual de Londrina	Sul	Formação de professores	Outros
5	EAE	2005	Investigando Saberes Docentes sobre Avaliação Educacional: ação e pesquisa	ANDRÉ, M. E. D. A.	PUC - São Paulo	Sudeste	Formação de professores	Anos Iniciais do Ensino Fundamental
6	EAE	2005	Práticas de Avaliação da Aprendizagem e sua Relação com a Formação Continuada de Professores no Cotidiano do Trabalho Escolar	GOMES, Suzana dos Santos	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG	Sudeste	Formação de professores	Outros
					Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Sudeste		
7	EAE	2006	Avaliação Formativa no Ensino Fundamental II: possibilidades da atuação docente	RUY, Raquel Calil	Universidade Estadual de Londrina	Sul	Formação de professores	Anos Iniciais do Ensino Fundamental
				SOUZA, Nadia Aparecida de				
8	EAE	2007	Análise das Reflexões de uma Professora de Ciências do Ensino Fundamental sobre Avaliação Escolar	JÚNIOR, Álvaro Lorencini	Universidade Estadual de Londrina	Sul	Formação de professores	Anos Finais do Ensino Fundamental
				ROSA-SILVA, Patrícia de Oliveira				
9	EAE	2007	Formação do Professor do Ensino Básico e a Avaliação Educacional	ROJAS, Hugo de Los Santos	Não informada	Não informada	Formação de professores	Educação Básica
10	EAE	2008	Formação Docente e a Nova Visão da Avaliação Educacional	CASTANHEIRA, Ana Maria Porto	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Sudeste	Formação de professores	Ensino Superior
				CERONI, Mary Rosane				

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-095-7



9 788572 470957